

BAHIA PRACA DE VOTOS NO



PROMOVER POLÍTICAS DE IGUALDADE E
DE DIREITOS HUMANOS COM
FOCO EM ETNIA E GÊNERO

PROMOVER POLÍTICAS DE IGUALDADE E DE DIREITOS HUMANOS COM FOCO EM ETNIA E GÊNERO

INTRODUÇÃO

O ano de 2010 foi marcado por avanços nas políticas prioritárias da promoção da igualdade e dos direitos humanos.

Para mudar um processo de convivência entre pessoas, instituições e empresas, em que dignidade humana e o respeito ainda não são valores predominantes, tem de haver a firmeza de propósitos e a permanente defesa desses objetivos.

Atuando em várias frentes, o Governo do Estado adotou a transversalidade como um dos seus princípios estratégicos para disponibilizar serviços públicos e melhoria de infraestrutura para os segmentos em condição de vulnerabilidade social.

A implementação da Política Estadual das Comunidades Remanescentes de Quilombos, instituída pelo Decreto 10.850/2009, fortaleceu o Grupo Intersetorial para Quilombos e validou o papel da SEPROMI na coordenação do processo. Outro registro importante nessa área foi a construção de mecanismos democráticos e transparentes da atuação, a exemplo da Chamada Pública para a construção de moradias, instituída pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, e dos processos de Discriminatória Administrativa Rural, realizados pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI.

Vale também destacar, nessa área, a resolução de pendências de ordem ambiental e fundiária que possibilitaram a licitação dos projetos de saneamento básico, para as comunidades contempladas no PAC Quilombola, fruto do esforço conjunto da SEPROMI, Casa Civil e Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia – Cerb. Paralelamente, foi iniciada a elaboração do Documento Base da Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos, composto de Diretrizes Setoriais e do Plano de Ação para 2011.

No que se refere às políticas para as mulheres, foram produzidos importantes resultados na implementação do Pacto Estadual pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Os convênios com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR foram fundamentais para superar as limitações orçamentárias, além de fornecerem o suporte técnico para a expansão das ações nos municípios baianos. Disso resultou aumento dos serviços da Rede Estadual de Atenção à Mulher em Situação de Violência no Estado, bem como um processo continuado de capacitação de equipes multidisciplinares.

Das 11 áreas estratégicas do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres-(PEPM), seis foram trabalhadas, seja através de projetos diretos da secretaria, seja pelo apoio a parceiros governamentais e da sociedade civil. Um indicador importante de que a igualdade

entre homens e mulheres passa a ser cada vez mais incorporada pelos dirigentes estaduais é a adesão ao Programa Equidade de Gênero, que objetiva estimular práticas inclusivas no ambiente de trabalho.

Os Planos de Ação executados pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, a Embasa, o Instituto Mauá, o Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá e a Bahiagás renderam a estes órgãos e empresas o Selo Pró-Equidade de Gênero, instituído pela SPM/PR e pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem.

POLÍTICAS PARA AS MULHERES

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

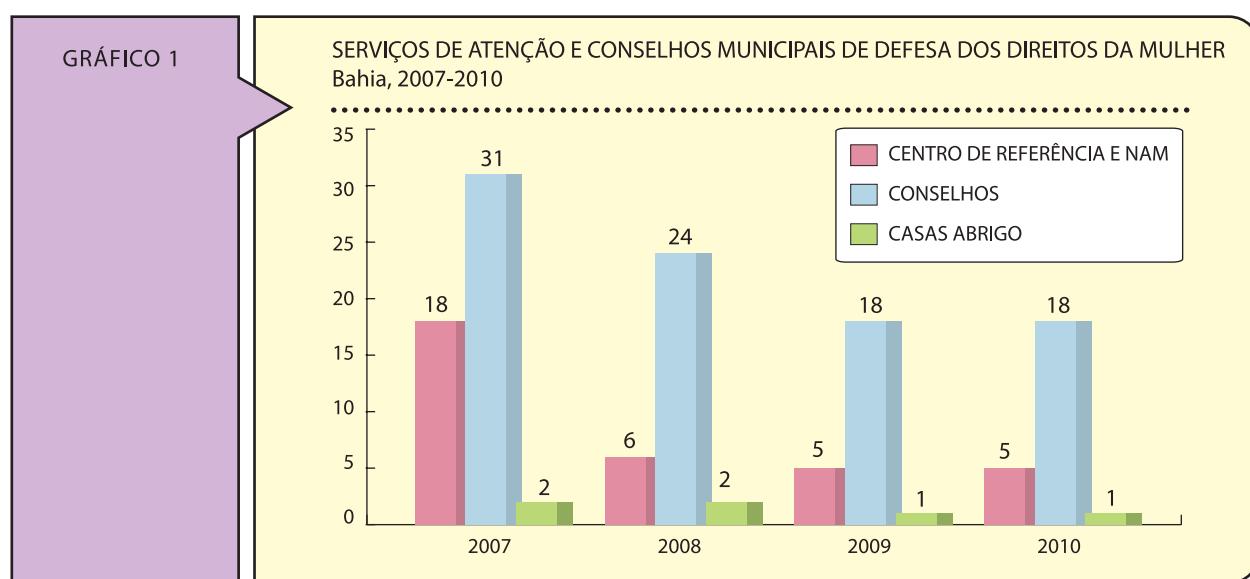
■ Campanha de enfrentamento à violência contra a mulher – A campanha “Eu Assumo Essa Idéia: Homens Unidos Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, envolveu homens de diversos setores de atividade em debates realizados nos municípios de Salvador, Senhor do Bonfim e Seabra. A ação pretende que estes participantes passem a atuar como multiplicadores, possibilitando um olhar diferenciado sobre o fenômeno

da violência contra a mulher. A próxima etapa da campanha é a elaboração de peças publicitárias para a veiculação na mídia impressa, rádio e TV.

■ Mobilização para adesão ao Pacto Estadual – Dando continuidade ao trabalho de mobilização das prefeituras municipais em torno do Pacto Estadual pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher, foram construídas as condições para o estabelecimento de Pactos nos Territórios de Identidade Portal do Sertão, Baixo Sul, Sisal, Bacia do Jacuípe, Piemonte Norte do Itapicuru, Chapada Diamantina, Região Metropolitana de Salvador e Irecê.

■ Rede Estadual de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – A primeira etapa de estruturação da Rede Estadual foi concluída com a adesão de seis secretarias estaduais, da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça que, em 2010, inaugurou a 2ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar, no município de Feira de Santana.

Em 2010, a prioridade foi a expansão dos serviços de atenção à mulher que passaram a abranger 116 municípios, em 22 Territórios de Identidade (Gráfico 1).



Fonte: SEPROMI

Os serviços incluem Centros de Referência, Núcleos de Atenção à Mulher, Casas Abrigo e de Passagem e Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – Deam, além dos núcleos da Defensoria Pública, do Ministério Público e duas Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar.

Para facilitar a prestação de serviços nos Territórios de Identidade, o Governo do Estado, com recursos do Governo Federal, adquiriu 24 veículos para cessão às prefeituras que compõem a Rede Estadual de Atenção à Mulher. Além da realização de visitas técnicas e de duas edições do Encontro Fortalecendo Vínculos da Rede, foi oferecido um Programa de capacitação para um trabalho integrado, que envolveu 76 profissionais do setor de serviços e articuladoras da Rede.

A Política Estadual de Abrigamento para Mulheres em Situação de Violência encontra-se em elaboração, com base em quatro encontros da Rede Estadual de Atenção à Mulher e organizações da sociedade civil.

■ Mulheres em Situação de Prisão – Em 2010, a SEPROMI iniciou o trabalho em mais um eixo do Pacto Estadual pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher, apoiando o Seminário Estadual Mulheres em Situação de Prisão, com a participação de 75 representantes do Programa de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero – Ceafro, da Universidade Federal da Bahia – Ufba, Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Secretaria da Saúde – SESAB, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, Secretaria da Segurança Pública – SSP, Secretaria da Justiça Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, Defensoria Pública, Ministério Público e organizações da sociedade civil. Além de um diagnóstico mais conciso do presídio feminino, o seminário, realizado em novembro, abordou a situação das mulheres presas em delegacias.

EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO

■ Concurso Público de Redação – A SEPROMI e a Secretaria da Educação – SEC, com o apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem, realizaram o Concurso de Redação “Mulheres da Bahia: fazendo a diferença, construindo no cotidiano a transformação da sociedade”. A finalidade foi incentivar a reflexão crítica e o interesse pela pesquisa sobre gênero e raça entre os estudantes do ensino médio da rede estadual, destacando a contribuição de mulheres para a inclusão social e o aperfeiçoamento da democracia. Também foi destacada a história das mulheres que contribuíram com seu trabalho como exemplo de vida e transformação de suas comunidades.

■ Curso de Formação de Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano – Projeto piloto para 600 docentes das redes municipal e estadual visando uma educação não discriminatória e inclusiva. O curso presencial, com carga horária de 80h, atendeu 14 municípios do Território da Bacia do Jacuípe. Apoiada pela SEPROMI, a iniciativa do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – Neim/Ufba em parceria com a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – SECAD, do Ministério da Educação – MEC e a SPM/PR.

■ Curso para Lideranças e Professores Quilombolas – Promovido pela SEC, com a participação da SEPROMI, o curso capacitou 160 lideranças e professores quilombolas nas temáticas racial e de gênero, tendo em vista o controle social para a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, modificada pela Lei 10.639/03 que versa sobre a implementação do ensino da história e da cultura africanas e afro-brasileiras na rede pública estadual. O curso contou com dois módulos; História e Acesso do Negro à Educação Formal e Políticas e Legislação Educacionais, incluindo os efeitos da não escolarização da população negra.

AUTONOMIA ECONÔMICA

Foi iniciado o Projeto Autonomia Econômica, contando com 32 mulheres empreendedoras, dos ramos de artesanato e culinária, em Salvador e Ilha de Maré, em 2010. O objetivo é desenvolver habilidades para a economia solidária ou o trabalho cooperativo. Ao término desta turma, em março de 2011, serão incorporados outros grupos dos Territórios do Baixo Sul e do Recôncavo.

DIREITOS SEXUAIS, DIREITOS REPRODUTIVOS E SAÚDE

Em relação à saúde da mulher, a SEPROMI deu continuidade à sua participação nos grupos e comitês coordenados pela Secretaria da Saúde – SESAB, que monitoram a implementação de Planos de Ação, para a Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e o Enfrentamento à Feminização da Epidemia da AIDS e outras DST. Participou também da constituição do Observatório de Violências e Acidentes do Estado da Bahia, em fase de elaboração da minuta do regimento interno, considerando a função e as proposições das entidades nele representadas.

PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS DE DECISÃO

A SEPROMI apoiou o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, objetivando a formação de um conselho semelhante na Bahia. A mobilização envolveu 55 parlamentares e lideranças femininas de todos os partidos políticos, tendo em vista o fortalecimento da participação das mulheres na vida partidária e nos processos eleitorais, bem como a ampliação do monitoramento do II Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.

MUNICIPALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Em 2010, teve continuidade o processo de fortalecimento do Fórum Estadual de Gestoras Municipais de Políticas para as Mulheres. Foi realizado o segundo Encontro em Salvador, com a participação de 57 gestoras de 35 municípios. Para

dar maior agilidade aos processos de comunicação e troca de experiências, tem sido incentivada a organização de Redes Intermunicipais de Políticas para as Mulheres, a exemplo do que foi feito no Território do Recôncavo.

A Rede Intermunicipal da Região Metropolitana de Salvador já se encontra em processo de formação e tem por finalidade desenvolver estratégias articuladas para a implementação do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres – PEPM, criar e fortalecer organismos de políticas para as mulheres. A ação está sendo realizada nos municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Mata de São João, Salvador, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz. Nestes, busca-se a cooperação entre secretarias municipais, serviços de atenção à mulher e outras organizações da sociedade civil.

A Bahia foi escolhida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República para sediar o evento Vozes Contra a Violência, em novembro de 2010. Este encontro teve como objetivo o fortalecimento dos vínculos da Rede Estadual de Atenção a Mulher, além da reafirmação da parceria entre o Governo Federal e o Governo da Bahia no Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Na oportunidade, 22 veículos foram entregues aos municípios integrantes da Rede pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

AÇÕES INTERSETORIAIS

A SEPROMI busca a implementação de políticas de promoção da igualdade racial mediante uma abordagem intersetorial. Assim, tem proposto políticas, programas e projetos junto aos setores de saúde, educação e trabalho, dentre outros. Propõe ainda o combate ao racismo institucional nas instâncias de governo e a municipalização das políticas através do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial e também estabelece o diálogo com os movimentos sociais negros, apoiando-os por meio de Edital de Apoio a Projetos, realizado trimestralmente.

■ Programa de Combate ao Racismo e Sexismo Institucionais – PCRSI

– Em continuidade à implementação do Programa de Combate ao Racismo e Sexismo Institucional, foram realizadas 13 oficinas com 106 gestores e servidores estaduais e 151 representantes municipais. Este processo de capacitação para identificação e abordagem do racismo e do sexismo nas políticas e na prestação de serviços públicos também incluiu a preparação para o uso do quesito raça/cor nos formulários de atendimento aos usuários de serviços públicos.

■ Saúde da População Negra e Atenção Básica para as Áreas Rarefeitas

– Em 2010, a partir de articulações com a SESAB, o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, criado pelo Decreto nº. 10.572, de 19 de novembro de 2007, passou por um processo de reestruturação com a recomposição de membros titulares e suplentes e a aprovação do Regimento Interno.

Para identificar os avanços e desafios para a implementação da referida política na Bahia, a SEPROMI promoveu um encontro entre os Comitês Técnicos de Saúde da População Negra do Estado e do município de Salvador, com a presença de profissionais, especialistas e gestores públicos federais, estaduais e municipais da área de saúde. Disso resultou um Plano de Ação para a implementação, monitoramento e avaliação na Bahia da Política Nacional de Atenção à Saúde Integral da População Negra. As contribuições desta ação estão registradas na publicação eletrônica – “Reunião Técnica: Avanços e Desafios para a Implementação da Saúde Integral da População Negra”.

Buscando ainda atender às necessidades das populações em situação de maior vulnerabilidade, como negro-quilombola, indígena, assentados e acampados, pessoas privadas de liberdade, albinos, portadores de anemia falciforme e outras hemoglobinopatias, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – LGBT, dentre outras, a SESAB realizou, em 2010, oficinas de implantação do Programa de Estruturação da Atenção Básica para as Áreas Rarefeitas, em seis macrorregiões, destacando as comunidades Quilombolas, Ribeirinhas, Assentados e Acampados.

■ Educação – Nesta área a prioridade foi o Projeto Qualificando a Permanência dos Estudantes Cotistas na Uneb, em consonância com o PPA 2008-2011. Fruto de uma parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR, o Pró-Cotista ofereceu bolsas de iniciação científica a 29 estudantes, nove bolsas para professores-orientadores e duas para coordenadoras acadêmicas, todos selecionados mediante edital específico. O produto final do projeto são os artigos acadêmicos desenvolvidos pelos estudantes nas temáticas Ações Afirmativas; Cultura, Memória e História Afro-Brasileira; Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Relações e Hierarquias Raciais e de Gênero. Os textos encontram-se disponíveis na publicação eletrônica “Hierarquias Raciais, Africanidades e Cultura Negra na Bahia”.

O Governo do Estado vem se empenhando para implementar o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na rede pública estadual, conforme determina a LDB. Através de parceria da SEPROMI com a SEC, foram realizadas reuniões para a reestruturação do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado da Bahia, nos municípios de Catu, Dias d’Avila, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde e Simões Filho.

Com relação à Educação Indígena, em 2010 foram construídas, pela SEC, 21 escolas para atendimento a este grupo. Destas, 18 unidades foram financiadas pelo Fundo Nacional de Educação – FNDE.

■ Cultura – Importante iniciativa para disseminação da História e Cultura Afro Brasileira e Africana teve a SECULT quando, no mês de novembro de 2010, em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), a Fundação Pedro Calmon, através da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, em Nazaré, promoveu durante todo o mês de novembro, o espetáculo Lei 10639 – Que História é Essa?, com a Companhia de Teatro BIML. A finalidade da peça é divulgar a Lei 10.639/03, que define as bases para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino

a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Direcionado ao público juvenil (a partir de 12 anos) e adulto, a apresentação utilizou música, dança, poesia, drama e comédia para tratar de temas e personagens históricos de grande importância às nossas heranças culturais.

■ Trabalho Decente – Na Agenda Bahia do Trabalho Decente, de responsabilidade da SETRE, a SEPROMI coordena o Eixo Promoção da Igualdade de Gênero e Raça. Juntamente com a Secretaria da Administração – SAEB, estas Secretarias realizaram a segunda etapa do Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego – GRPE, proposto pela OIT, para a formação de multiplicadores destas temáticas no serviço público. Foram capacitados 254 servidores estaduais de nove Secretarias e uma autarquia, incluindo 25 oficiais da Polícia Militar.

A fim de estimular a adoção da Agenda do Trabalho Decente, a SEPROMI apoiou a participação de dez prefeituras integrantes do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial nas Plenárias Regionais preparatórias em abril de 2010 e na II Conferência Estadual do Trabalho Decente, realizada em maio de 2010.

Também elaborou a Cartilha sobre promoção da igualdade racial e de gênero no trabalho, publicada e distribuída pela SETRE no Novembro Negro 2010. A cartilha tem como objetivo socializar informações que contribuam para a igualdade de oportunidades e tratamento digno no trabalho.

PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS

O ano de 2010 foi marcado pelo acompanhamento de vários casos de discriminação e intolerância religiosa nas suas mais diversas formas de manifestação. Isto envolveu articulações com outros setores de governo, em especial a Secretaria da Segurança Pública – SSP, Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH, além do Ministério Público e Defensoria Pública.

O Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN e organizações da sociedade civil foram partes importantes dos encaminhamentos relativos a estas ocorrências.

■ Liberdade Religiosa – A garantia da liberdade religiosa tem sido trabalhada pelo Governo do Estado, através da SEPROMI, na perspectiva do fortalecimento e preservação das comunidades tradicionais de terreiro, dado o seu papel na afirmação da identidade negra e na disseminação de práticas e saberes que contribuem para a manutenção e recriação da cultura afro-baiana.

A ação de maior destaque foi a transferência para a SEPROMI do acervo de peças relacionadas ao candomblé, até então sob a guarda do Departamento de Policia Técnica – DPT. Com isso, o Governo do Estado criou as condições para atender antigas reivindicações do povo de santo e da comunidade acadêmica para que as peças sagradas não mais sejam expostas ao lado de itens que remetem a questões da criminalidade e do crime, objeto do Museu Estácio de Lima. Em dezembro de 2010, ocorreu o ato solene para oficializar a transferência das peças para o Museu Afro-Brasileiro – Mafro/Ufba, que passa a abrigar mais 250 peças em seu acervo, por decisão de uma comissão intergovernamental composta por representantes de órgãos estaduais e federais, Ufba e autoridades religiosas.

Em 2010, também foram realizados:

- Conclusão do trabalho de campo do Mapeamento dos Espaços de Religião de Matriz Africana no Recôncavo e Baixo Sul. Foram identificados 536 terreiros – 87 em oito municípios do Baixo Sul e 449 nos 19 municípios do Recôncavo; Apoio a nove projetos de organizações da sociedade civil para a preservação cultural e sustentabilidade de comunidades de terreiros;
- Acompanhamento de processos de tombamento de terreiros, junto às esferas estadual Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – Ipac e federal Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan;

- Digitalização do acervo do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, com vistas à preservação de sua história e memória, resultado da parceria entre a SEPROMI, Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb e as Voluntárias Sociais da Bahia;
- Articulação com a Prodeb para disponibilização de links de internet para Centro Digital da Cidadania – CDC, mantidos por iniciativa de terreiros de candomblé do município de Salvador (Terreiros do Cobre, Bogum e Tanuri Junsara);
- Criação de uma Comissão mista, pela SSP, para dar acompanhamento às ocorrências relativas à intolerância religiosa. A Comissão tem como atribuição acompanhar e adotar medidas de polícia judiciária e de policiamento preventivo necessárias para coibir atos de intolerância religiosa, com atenção especial àqueles praticados contra instituições ou locais de cultos de matriz africana, bem como combater e prevenir atos de intolerância e violência contra o candomblé. Esta Comissão passou a atuar em articulação com órgãos estaduais e municipais envolvidos na implementação de políticas públicas de prevenção à violência.

■ Rede de Atenção aos casos de Racismo e Intolerância Religiosa – Em dezembro de 2010, foi firmado convênio com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR, para implementação de uma Rede de Atenção aos Crimes de Racismo e Intolerância Religiosa que envolvam o poder público e organizações da sociedade civil que já atuam na orientação e acompanhamento aos crimes de racismo e/ou ódio religioso. Estão garantidos recursos na ordem de R\$ 1,5 milhão, viabilizados através de emenda parlamentar.

MUNICIPALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

O Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial é constituído por 28 municípios, distribuídos em 16 Territórios de Identidade.

Em 2010, as ações do Fórum estiveram centradas em duas dimensões: i) Institucionalização e fortalecimento; e ii) Construção e implementação de Planos Municipais de Promoção da Igualdade Racial. Em apoio a estas prioridades, deu-se continuidade ao processo de capacitação associado a intervenções práticas dos gestores em seus municípios: última etapa do Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego – GRPE; orientação para acessar projetos e programas federais e estaduais disponíveis através de editais e concursos; oficinas para a identificação e abordagem do racismo e sexismos Institucionais; participação na reunião técnica de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Estado da Bahia.

Este processo resultou na construção de Planos Municipais de Promoção de Igualdade Racial, mediante consultoria disponibilizada pela SEPROMI para apoiar as prefeituras. Cada uma delas instituiu um Grupo Executivo Intersetorial – GEI, propiciando aos gestores de diferentes áreas um debate sobre as diretrizes e estratégias para a promoção da igualdade racial no município.

Os Planos são baseados nas resoluções das Conferências Municipais e Regionais de Promoção da Igualdade Racial, contemplando os seguintes eixos: i) Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda; ii) Educação; iii) Saúde; iv) Segurança Pública e Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; v) Comunidades Quilombolas; vi) Religiões de Matriz Africana; vii) Programa de Combate ao Racismo e Sexismo Institucionais, viii) Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano. Esta ação envolveu sete municípios: Livramento de Nossa Senhora, Seabra, Souto Soares, Riacho de Santana, Cruz das Almas, Serrinha e Porto Seguro.

Encontram-se em tramitação, nas Câmaras de Vereadores, os Projetos de Lei dos Planos Municipais de Promoção da Igualdade Racial dos municípios de Cruz das Almas, Livramento de Nossa Senhora, Porto Seguro e Souto Soares.

Em dezembro de 2010, foi firmado um convênio com a SEPPIR/PR para impulsionar a municipalização das políticas de promoção da igualdade racial junto aos municípios da Bahia. Este convênio tem vigência até 20/12/2011

e recursos oriundos de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 599,5 mil.

FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

■ Conselhos – O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM realizou, com a SEPROMI, o trabalho de mobilização para a instalação de novos Conselhos Municipais, que aumentaram de 24 em 2009, para 31 municípios em 2010. Outra iniciativa foi a formação do Fórum Estadual de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, bem como a realização, em 2010, do Projeto Março Mulher, que tratou da temática “Mais Mulheres no Poder”.

O Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN teve atuação mais centrada na intermediação entre o movimento social e o Governo do Estado, no acompanhamento de casos de intolerância religiosa e em conflitos pela posse da terra em comunidades quilombolas.

O CDCN também elaborou e encaminhou, ao Governador, a Recomendação nº. 001, de 16 de junho de 2010, sobre medidas jurídicas, políticas e administrativas emergenciais para conter a vitimização de pessoas negras por homicídio na Bahia.

■ Apoio à Organização de Segmentos Sociais – A SEPROMI tem participado dos esforços do Governo do Estado na formalização da Política Estadual de Juventude, que tramita na Assembleia Legislativa. Ao longo de 2010, contribuiu na elaboração da minuta do Plano, o primeiro marco regulatório para a população jovem do Estado, no qual a juventude negra figura em um capítulo específico.

No que se refere à formação de jovens, desenvolveu e executou o Projeto de Inclusão Digital, parte do Programa Centro Digital de Cidadania – CDC, da Secretaria de

Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, em funcionamento no Centro de Promoção da Igualdade da SEPROMI, no Pelourinho. O projeto já atendeu duas turmas, de 20 jovens cada uma, sendo que a meta é a formação de 200 jovens até janeiro de 2011.

■ Apoio a Iniciativas da Sociedade Civil – Em 2010, o Edital da SEPROMI, de apoio a projetos da sociedade civil, contemplou 24 propostas relacionadas a gênero e 22 direcionadas à questão racial, sendo que foram acrescentadas duas etapas específicas para atender os eventos alusivos ao Março Mulher e ao Novembro Negro. Além disso, registra-se o apoio da secretaria a várias iniciativas de movimentos sociais, nas quais se busca divulgar e debater a agenda do Governo do Estado na promoção da igualdade, estimulando o controle social das políticas públicas nesta área, conforme a seguir:

- I Encontro de Mulheres Comunitárias, organizado em Salvador, pela Associação de Moradores Logun Edé, em parceria com o Centro Social Urbano da Liberdade;
- Seminário Respeito à Diversidade e I Parada do Orgulho de Ser LGBT, em Vitória da Conquista, que reuniu vários grupos de combate à homofobia, tendo em vista, entre outros temas, o maior comprometimento do Estado com as política públicas e ações afirmativas para o segmento LGBT;
- Encontro de Pescadoras do Sul da Bahia, em Canavieiras, parte do projeto Formação da Rede de Mulheres do Sul da Bahia, financiado pelo Unifem, em parceria com a Associação Mãe dos Ex-trativistas da Resex de Canavieiras e o Movimento de Pescadores da Bahia – Mopeba;
- Reunião com Trabalhadoras Rurais e Educadoras do Programa Todos pela Alfabetização – Topa, em Inhambupe, organizada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, visando

aprofundar a abordagem crítica pelos estudantes do Topa sobre o tema “Mulher e espaços de Poder”;

- Festival de Teatro do Subúrbio, que reúne jovens produtores culturais do subúrbio ferroviário de Salvador. Em sua segunda edição, o Festival contou com grupos e companhias teatrais comprometidas com o problema do empoderamento juvenil por meio das artes cênicas;
- Oficina com jovens quilombolas, em Campo Formoso, promovida pela Associação de Animadores Leigos das Comunidades Eclesiais de Base – CEB, como trabalho formativo político-social no Curso de Formação para Convivência com o Semiárido. Participaram 23 jovens das comunidades de Lages dos Negros, de Patos I e II, Alagadiço, Casa Nova dos Amaraos, Casa Nova dos Marinoss e Casa Nova dos Ferreiras;

FORTECIMENTO DAS DATAS DE REFERÊNCIA HISTÓRICA

No intuito de estimular o reconhecimento e a valorização de fatos e personalidades que marcam a história das mulheres e dos negros no Brasil e no mundo, foi dado especial atenção às celebrações do 8 de Março (Dia Internacional da Mulher) e do 20 de Novembro (Dia Nacional da Consciência Negra).

Nestas datas, já totalmente incorporadas ao calendário do Estado e Municípios, vem tendo a promoção da mobilização junto aos diversos órgãos da Administração Pública estadual e municipal, bem como apoia- do organizações da sociedade civil. Em sua segunda edição o Projeto Março Mulher atingiu cerca de 110 municípios e o Novembro Negro, em seu quarto ano, atingiu 56 cidades.

Em parceria com a Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia – Agecom, a SEPROMI realiza campanhas publicitárias nessas datas, visando reforçar valores e o compromisso do Estado com a igualdade racial e de gênero.

POLÍTICAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Foi lançado em março de 2010 o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e o Plano Estadual de Direitos Humanos.

Estão em funcionamento nove Núcleos de Direitos Humanos – Nudhs, sendo quatro na capital (Pelourinho, CAB, Cras Lobato e Cras Cajazeiras) e cinco no interior (Ipirá, Jequié, Vitória da Conquista, Ilhéus e Valença). Em 2010, foram realizados 5.220 atendimentos. As equipes multidisciplinares dos Nudhs (advogados, psicólogos e assistentes sociais) também realizam atividades itinerantes, em parceria com escolas, associações de bairros, unidades de saúde, dentre outros, orientando sobre direitos, encaminhando para a rede pública de serviços e registrando reclamações sobre violações de direitos.

O Núcleo de Direitos Humanos realizou, no período de julho a dezembro de 2010, o Projeto Desenhandando a Vida sem as Drogas. O projeto capacitou 75 jovens dos bairros Jaguarão e Morro da Alegria, zona rural da cidade de Ipirá, por meio de ações socioeducativas como oficinas de teatro, artesanato, capoeira, futebol e música. Ao todo foram realizadas 140 aulas de arte-educação, além de palestras sobre direitos humanos e o cotidiano da vida escolar. Todas as ações foram pautadas na promoção de valores voltados à saúde física e mental, ao bem-estar, à integração socioeconômica e à valorização das relações familiares.

Estão em funcionamento, ainda, os Núcleos de Direitos Humanos especializados no atendimento a pessoas idosas, vítimas de violência, em Salvador, e o outro no combate a homofobia – em Vitória da Conquista. Em 2010 foram realizados, respectivamente, 1.745 e 600 atendimentos.

O primeiro Núcleo de Combate e Prevenção a Homofobia do Estado da Bahia, situado na cidade de Vitória da Conquista, realizou, em 2010, o Censo Mostre Sua Cara. Além de bares e espaços frequentados pela comunidade LGBT, o Censo foi aplicado em alguns bairros, nas residências. O questionário, composto de 40 questões



Foto: AGECOM

Em Parceria com a Cordef, o NUDH está levando noções de DH

sobre demandas do público de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, foi aplicado a 250 homossexuais moradores do município, com o objetivo de diagnosticar as vulnerabilidades dessa comunidade e de planejar as ações Núcleo para 2011.

Foi criada a Comissão Gestora Estadual e lançado, em 2010, o Plano Operativo Tripartite do Programa Federal “Ações Integradas na Prevenção ao uso de Drogas e Violência” nos municípios de Salvador, Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas. Como ações deste plano já foram realizados: o I Fórum das Comunidades Terapêuticas, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES e Secretaria da Saúde – SESAB; duas videoconferências, uma para professores das escolas públicas e outra para profissionais de saúde e assistência social; o Seminário Estadual sobre Drogas; o lançamento do serviço Viva Voz 0800-510-0015 para orientação e prevenção do uso indevido de drogas; capacitação de 300 professores da rede pública de ensino, em prevenção ao uso de drogas.

GESTÃO DA POLÍTICA DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

- Encontram-se em funcionamento na Bahia os programas referentes ao Sistema Nacional de Proteção, implantados através de convênios celebrados a partir de 2007, com a Presidência da República: o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – Provita/Ba (89 pessoas); o Centro de Atendimento a Vítimas de Violência – Ceav/Ba (122 casos atendidos); o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (26 casos atendidos); e o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – Ppcaam/Ba (40 casos atendidos).
- Instalada a Comissão Estadual do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – Ppddh, em 2010, vinculada à SJCDH, criada através de Decreto, com o objetivo de adotar medidas para proteção de pessoas e entidades que tenham seus

direitos ameaçados em decorrência de sua atuação na promoção ou proteção dos Direitos Humanos.

■ Instalado, em 2010, o Comitê Estadual de Combate à Tortura – Cepet, vinculado a SJCDH, criado através de Decreto, com o objetivo de deliberar sobre políticas públicas referentes ao combate à tortura na Bahia.

■ Iniciado o funcionamento, em caráter experimental, do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – NETP, no Pelourinho, em 2010. A equipe técnica multidisciplinar, devidamente capacitada, está responsável pelas seguintes ações:

– Articulação, junto aos órgãos e instituições participantes do Comitê Estadual de Proteção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e as inseridas naquela comunidade, dando conhecimento do recente funcionamento, objetivos e ações do NETP– Pelourinho;

- Assessoria e gestão do processo para o atendimento às vítimas do tráfico;

- Montagem e alimentação das informações para operacionalização de um banco de dados, com a inserção dos dados referentes aos casos registrados;
- Monitoramento dos casos já registrados na SJCDH (seis casos, envolvendo 22 pessoas);
- Produção de relatórios;
- Prestação de serviços de assistência jurídica e psicossocial às vítimas.

■ Caso da explosão da fábrica clandestina de Santo Antonio de Jesus: Foi a júri popular no dia 20/10/2010, com a condenação, em regime de prisão carcerária, dos responsáveis: Osvaldo Prazeres (nove anos de reclusão) e seus quatro filhos (cada um, dez anos e seis meses).

■ No caso do radialista Ronaldo Santana de Araújo, foram condenados em júri popular os réus: Paulo Sérgio Mendes Lima (19 anos e seis meses de reclusão); Paulo Ernesto Ribeiro da Silva, Maria José Ferreira de Souza, Waldemir Batista de Oliveira e Antônio de Oliveira Santos, interpuseram agravos de instrumento, encontrando-se conclusos desde a data de 22/01/2010.



Dia de enfrentamento ao tráfico de Seres Humanos

AÇÕES DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Foram lançados, em 2010, dois documentos elaborados a partir de diálogo entre o Governo do Estado, lideranças indígenas e diversos outros segmentos da sociedade civil: "Povos Indígenas e Governo da Bahia – recomendações para uma política de respeito e inclusão" e o "Plano de Trabalho Operativo de ações Integradas para os Povos Indígenas na Bahia/2010". Instalado e empossado em julho de 2010, o Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas – Copiba, criado pela Lei nº 11.897, de 16 de março de 2010.

AÇÕES DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- Elaborado, em 2010, o Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a partir de audiências públicas realizadas em cinco municípios, Juazeiro, Vitória da Conquista, Amargosa, Caitité e Salvador, com a participação de representantes das Prefeituras, Secretarias Municipais, Ong, Conselhos Municipais e Sociedade Civil, garantindo uma construção coletiva, participativa e democrática.

- Foram realizadas ações educativas sobre as questões relativas às pessoas com deficiência, a exemplo da distribuição de oito mil cartilhas "Como comportar-se diante de Pessoas com Deficiência"; o 16º Colóquio do Centro de Educação em Direitos Humanos e Assuntos Penais J. J. Calmon de Passos – Cedhap, em parceria com o Conselho Penitenciário da Bahia, com o tema "Acessibilidade, Cidadania e Dignidade Humana"; o projeto Cordef e Nudh, na escola Estadual Raul Sá, com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos capazes de viver em comunidades que resolvem seus conflitos pacificamente aprendendo a dialogar na diversidade.

- Elaborado e lançado o Plano de Ação Copa Acessível: Torcida Inclusiva, em junho de 2010, no Ginásio de Esportes de Lauro de Freitas. Como proposto no Plano, já foi assinado o Protocolo de Intenções entre Ufba, SJCDH e Secretaria Extraordinária da Copa – SECOPA, visando a garantia da acessibilidade urbana nos projetos referentes à Copa do Mundo de 2014.
- Discussão sobre a promoção das políticas públicas de inclusão no trabalho das pessoas com deficiência, durante a Conferência Estadual do Trabalho



Foto: AGECOM

Dia de enfrentamento ao tráfico de Seres Humanos



Foto: AGECOM

Lançamento de Campanha Copa Acessível

Decente, em maio de 2010, organizado pela Secretaria do Trabalho em parceria com a OIT.

- Realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2010, na Biblioteca Pública do Estado, em Salvador, uma capacitação para o Conselho Estadual e os Conselhos Municipais dos direitos das Pessoas com Deficiência, contando com a participação de 50 conselheiros, além de apoiar projetos da sociedade civil, a exemplo do I Encontro de Dança Inclusiva da Bahia, reunindo artistas com e sem deficiência.
- Lançamento do Projeto e da cartilha "Um por todos e todos pelo outro" que objetivam sensibilizar, conscientizar e favorecer a convivência na diversidade; a ação ocorreu na Escola Estadual Raul Sá, localizada no bairro de Mussurunga, em Salvador, atingindo um público de 300 estudantes. Na Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro, ocorreu ainda a divulgação do referido projeto na Programação da comemoração dos 62 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, totalizando a distribuição de mil cartilhas.

PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Educação para o Consumo – Entre as principais ações realizadas no ano de 2010, destacam-se: Procon vai às escolas (391 professores capacitados em 17 escolas da rede estadual de ensino, beneficiando 17.714 alunos); cursos para fornecedores (capacitação de 127 participantes); palestra e orientação em comemoração ao Dia Mundial do Consumidor (480 pessoas); palestra e orientação em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (122 pessoas); realização de palestras para Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae, Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social da Bahia – Asaprev e nos eventos "Amigo da Escola" e Semana de Enfermagem da Universidade Católica de Salvador – Ucsal, com a participação de 146 pessoas.

Em comemoração aos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon organizou o II Encontro Estadual de Defesa do Consumidor, nos dias 25 e 26 de novembro de 2010, com 300 inscritos e participação dos órgãos de defesa do consumidor de outros estados.

Capacitação de 80% dos servidores do Procon nas áreas de informática, libras, português, jurídica, gestão de processo e administração do tempo e utilização do software do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec.

Atendimento e Orientação ao Cidadão Consumidor – Em Salvador, no mês de março de 2010, foram inaugurados três novos postos de atendimento do Procon: nos SAC da Liberdade, Periperi e Cajazeiras, bem como a reforma e ampliação do posto central, que passou de cinco para 15 guichês, ampliando a capacidade de atendimento.

No mesmo mês, foi inaugurado o primeiro posto do Procon no interior, no SAC de Jequié.

Em 2010 foram atendidos 54.815 cidadãos consumidores, o que representa crescimento de 46,7% em relação ao mesmo período de 2006, quando foram atendidos 37.359 consumidores.

A capacitação continuada de servidores, a aquisição de equipamentos, e a inauguração de novos postos permitiram que o Procon do Estado da Bahia se mantivesse numa posição de destaque no cenário nacional. Após excluir, através da triagem, as situações que não se referem

às relações de consumo, o órgão ocupa o quinto lugar em número de atendimentos realizados entre os Procon estaduais de 24 entes federativos integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec, conforme o Quadro 1.

No que concerne às audiências, foram realizadas 11.458 audiências de conciliação no âmbito do Procon-BA, em 2010.

Com o objetivo de orientar os consumidores, foi publicado o Cadastro Estadual de Reclamações Fundamentadas, contendo uma relação com o nome dos fornecedores de produtos e serviços mais reclamados, no período setembro/2009 a agosto/2010.

QUADRO 1

RANKING DOS ESTADOS COM MAIOR NÚMERO DE ATENDIMENTOS NOS PROCON Bahia, 2010

RANKING	ESTADO	Nº DE ATENDIMENTOS
1º	SP	337.972
2º	DF	141.089
3º	GO	67.226
4º	RJ	63.330
5º	BA	54.815

Fonte:Procon/SUCDH

*Excluindo os atendimento "extra-procon", aqueles que não dizem respeito às competências do órgão



Espaço Reformado

Foto: AGECOM

Fiscalização – Em 2010, o Procon realizou 2.736 ações de fiscalização em defesa do consumidor (Tabela 1), representando um crescimento de 141,4%, em relação ao ano de 2009, sendo que em 44,5% das situações foi feito apenas um relatório de visita, pois nenhuma irregularidade foi constatada; em 35,5% foram lavrados autos de constatação, recomendando que o fornecedor realizasse ajustes em sua conduta; em 18,3% foram lavrados autos de infração e em 1,7% das situações foram apreendidas mercadorias.

Buscou-se igualmente atender aos cidadãos consumidores que vivem no interior do Estado. Para isso, foram realizadas ações educativas e fiscalizatórias nos seguintes Territórios de Identidade: Irecê (Irecê); Vale do Jiquiriçá (Amargosa); Piemonte do Paraguaçu (Miguel Calmon); Piemonte da Diamantina (Jacobina); Vitória da Conquista (Vitória da Conquista); Portal do Sertão (Feira de Santana); Médio Rio das Contas (Jequié).

Decisões Administrativas – Os autos de infração e as reclamações individuais não solucionadas através de acordo entre o consumidor e o fornecedor geram processos administrativos. No ano de 2010, até o dia 31/11/2010, foram proferidas 4.167 decisões administrativas, representando um incremento de 62,5%, em relação a 2009, quando foram emitidas 2.563.

Relativamente ao Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor – FEPC, em 2010 o Procon arrecadou R\$ 2,2 milhões, valor 37,5% maior que o montante arrecadado em todo o ano de 2009 (R\$ 1,6 milhão), 214,2% maior que 2008 (R\$ 700,6 mil) e 100% maior que em 2007 (R\$ 1,1 milhão).

TABELA 1		
	AÇÕES EDUCATIVAS E DE FISCALIZAÇÃO Bahia, 2009-2010	
ANO	2009	2010
Relatório de Visitas	384	1.218
Autos de Constatação	316	971
Autos de Infração	318	501
Termo de Apreensão	115	46
TOTAL	1.133	2.736

Fonte:Procon/SUCDH

Com estes dados (Quadro 2), pode-se afirmar que, a despeito do substancial aumento dos valores investidos no órgão, em menos de três anos o saldo do FEPC mais que dobrou, tendo passado de R\$ 3,1 milhões em 2007 para R\$ 7,2 milhões 2010.

O Procon/BA celebrou convênios com o Ministério da Justiça para repasse de recursos de R\$ 5,2 milhões para a implementação de ações no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, nos municípios de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho. São eles:

Canal Comunidade – Prestação de serviços de atendimento, orientação, esclarecimentos e resolução de conflitos, bem como a abertura de reclamações para a apuração de violação dos direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, às comunidades atendidas pelo Pronasci, através de um posto móvel de atendimento;

Geração Consciente – Proporcionar aos jovens das reuniões atendidas pelo Pronasci, bem como aqueles atendidos pelo Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável – Protejo, conhecimentos sobre o consumo consciente e sustentável de produtos e serviços e sobre seus direitos como consumidor;

Monitoramento Cidadão – Identificar e mapear a qualidade da prestação dos serviços essenciais que sejam objeto de relação de consumo, a exemplo de energia elétrica, água, esgoto, telefonia e transporte coletivo.

QUADRO 2	
FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR – FEPC Bahia, 2007-2010	
DATA	SALDO (R\$ 1.000,00)
31/12/2007	3.104
31/12/2008	3.763
31/12/2009	5.225
31/12/2010	7.248

Fonte: Fepc